



**Ao excelentíssimo Srº Presidente do G20, Srº Luiz Inácio Lula da Silva,
e demais líderes da Cúpula do G20.**

Nós, mulheres do Brasil, mobilizadas e reunidas na organização e realização da Assembleia Geral de Mulheres no G20 Social, dirigimo-nos a Vossas Excelências para reforçar nosso apelo por ações concretas que promovam a vida, o meio ambiente e a paz no mundo. Este movimento reúne um expressivo número de organizações da sociedade civil, abrangendo uma diversidade de pautas de mulheres em prol da dignidade humana, com ênfase no combate à pobreza, à desigualdade e à violência.

Considerando que a liberdade e o direito ao bem viver são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática, apelamos ao G20 que priorize políticas que garantam condições dignas de vida para todas as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em um mundo cada vez mais marcado por crises econômicas e ambientais, é imperativo que Vossas Excelências assumam compromissos concretos em prol da equidade de gênero, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

Propomos que o G20 assuma os seguintes compromissos essenciais:

Pela Vida das Mulheres: Reivindicamos investimentos sociais para garantir autonomia financeira, trabalho e moradia dignos para mulheres cisgênero e transgênero, especialmente negras, indígenas, bissexuais e lésbicas. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) mostram que, entre 2018 e 2022, duas em cada três mulheres assassinadas no Brasil eram negras, com um aumento de 118% nos feminicídios de mulheres negras. Além disso, 64% das agressões contra mulheres trans e travestis afetam pessoas negras, destacando a urgência de políticas públicas de segurança com enfoque racial. Exigimos também o fim das "terapias de conversão", que patologizam identidades e orientações sexuais. Pedimos com urgência o combate ao tráfico humano e da escravidão sexual de mulheres. É necessário políticas públicas inclusivas mais efetivas para as mulheres com deficiência, mulheres quilombolas, ciganas, refugiadas e mulheres em situação de rua, assegurando-lhes seus direitos a uma vida digna. É essencial garantir o acesso dessas e de todas as mulheres a direitos de inclusão produtiva, trabalho e renda, promovendo igualdade salarial, educação e qualificação, para alcançar autonomia econômica e financeira. Igualmente, deve-se aumentar a participação feminina nas esferas de decisão, com medidas públicas que reforcem nossa presença nesses espaços.

Saúde Mental e Bem-Estar das Mulheres: A prevalência de transtornos mentais é alarmante no Brasil, afetando desproporcionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade. Segundo o Institute for Health Metrics and Evaluation, 71% da carga global de transtorno de ansiedade poderia ser evitada com acesso adequado a tratamento. A pesquisa “Esgotadas”, do Lab Think Olga, revela que 45% das mulheres entrevistadas no Brasil possuem diagnósticos de ansiedade ou depressão, com causas ligadas a estresse financeiro, sobrecarga de trabalho causado pela economia do cuidado, que enquadra todas as atividades relacionadas aos cuidados com a casa e com produção e manutenção da vida e as diversas violências. Reivindicamos políticas que reduzam o estresse econômico e o estigma em saúde mental, promovendo acesso a tratamento eficaz para as mulheres em liberdade e dignidade.



Pela proteção e Valorização das Mulheres Indígenas: Cinco séculos após a invasão europeia, os povos indígenas, especialmente as mulheres, continuam sofrendo as consequências da colonização. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) destaca que essas mulheres enfrentam discriminação e exclusão em saúde, educação e trabalho, agravadas pela falta de políticas públicas e violência estrutural. Entre 2000 e 2020, o feminicídio contra mulheres indígenas aumentou 167%, com casos de casamentos forçados, estupro e expulsões de terras. Além disso, elas enfrentam agressões contra seus territórios, impactando suas comunidades.

Mulheres Negras e o Combate ao Racismo e ao racismo religioso: Mulheres negras enfrentam opressão sistêmica que as coloca em vulnerabilidade social, econômica e política. Políticas públicas para a equidade racial são essenciais para garantir sua inclusão e dignidade. Mulheres de religiões de matriz africana, como Candomblé e Umbanda, sofrem discriminação e violência física e simbólica, sendo urgente a adoção de medidas pelo Estado para proteger esses espaços e as mulheres que os representam.

Pelo meio ambiente: Em contexto de racismo ambiental, que atinge sobretudo comunidades indígenas (compostas por Povos e Comunidades Tradicionais), negras, ribeirinhas e camponesas, demanda políticas públicas urgentes para proteção ambiental, justiça social e fortalecimento da economia solidária. Reiteramos a importância de salvaguardar os direitos das mulheres indígenas, incentivando que ocupem espaços de poder e promovendo um futuro sustentável para suas culturas e modos de vida.

Revogação da LAP e proibição dos termos e correlatos: O Brasil é o único com uma Lei de Alienação Parental (LAP), baseada em uma teoria sem respaldo científico, que desqualifica denúncias de violência. A LAP tem sido usada para punir mulheres mães que denunciam violências, resultando em perda da guarda ou tratamentos psicológicos compulsórios, expondo as crianças aos agressores. A revogação da LAP e a proibição de termos correlatos são necessárias, priorizando a proteção das mulheres mães, crianças e adolescentes.

Proteção das Crianças Vítimas de Violência Sexual: Dados de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam uma média de um estupro a cada seis minutos no país, com 88,2% das vítimas sendo mulheres e meninas, 52,2% delas negras e 61,6% com até 13 anos. Muitas dessas meninas, além de sofrerem violência, enfrentam gravidez decorrente da violência. Diante da dificuldade em acessar o aborto legal, enfrentam barreiras institucionais e estigmas, colocando em risco suas vidas e bem-estar. Instamos o G20 a reconhecer a prioridade desses direitos reprodutivos e a investir na proteção e acolhimento dessas crianças.

Violência Política contra mulheres: A violência política contra as mulheres, especialmente no exercício da representação política, continua em ascensão no Brasil, exigindo medidas urgentes. Mulheres políticas, particularmente negras, indígenas e LBT, enfrentam ameaças, agressões e discursos de ódio, sendo constantemente deslegitimadas. É fundamental que o Brasil adote ações concretas para combater essa violência, criando mecanismos eficazes para punir rigorosa e pedagogicamente os agressores e garantir que as mulheres possam se expressar livremente, sem medo, em todas as esferas da sociedade, seja na política institucional, nos espaços partidários, nos movimentos sociais e em direções de sindicatos. Isso garantirá um ambiente democrático e seguro para a participação feminina na política.

Direitos Reprodutivos e Sexuais das Mulheres e atenção às mulheres que vivem com HIV/Aids: As mulheres brasileiras continuam a lutar por seus direitos reprodutivos, com ênfase no acesso a contracepção, aborto legal e



seguro, e sua descriminalização, na redução da mortalidade materna e da violência obstétrica, como também ao acesso a serviços de saúde na área da reprodução humana. É crucial que o governo assegure o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva. Além disso, é necessário garantir uma atenção integral à saúde das mulheres vivendo com HIV, incluindo acesso a alimentos saudáveis, emprego, moradia e tratamento contínuo para o HIV e comorbidades, com foco também no apoio à saúde mental, campanhas de prevenção e garantia de insumos e medicamentos, bem como, seguridade e previdência social.

Violência Policial e Violências do Estado: A violência policial é um grave problema no Brasil, afetando especialmente populações negras, indígenas, e comunidades periféricas. É essencial aprimorar as políticas públicas, alinhando-as aos direitos da Constituição, com foco na desmilitarização da polícia, treinamentos não letais e formação em direitos humanos, especialmente para a proteção de mulheres e crianças. A violência estatal, incluindo conflitos armados, tem consequências devastadoras para a população, e o Brasil deve atuar ativamente na promoção da paz e na defesa dos direitos fundamentais, com ênfase na dignidade das mulheres afetadas.

Confiante no compromisso de Vossas Excelências, reiteramos a importância de que a Cúpula do G20 seja um marco na promoção da equidade e emancipação das mulheres brasileiras. O mundo aguarda medidas concretas que garantam um futuro mais justo e sustentável, com ações urgentes para assegurar uma vida digna para todas as mulheres.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.

Assinam:

- | | |
|---|--|
| 1. Amazônia Rio | 11. Associação de Afrodescendentes e Indígenas da Amazônia |
| 2. Ação da Mulher Trabalhista do Estado do Rio de Janeiro - AMT RJ | 12. Associação de Amigos E Portadores De Psoríase Do Estado Do Rio De Janeiro Psorierj |
| 3. As Mariamas | 13. Associação de Coletivos Luz e Vida de Campos Rj - ACLVC |
| 4. Asplande | 14. Associação de Doulas Do Estado Do Rio De Janeiro |
| 5. Associação Beneficente Jurema Amor nas Mãos par Deficientes e Surdos - OSC JAMDS | 15. Associação de Mulheres Empreendedoras - AME |
| 6. Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas - ABEA Nacional | 16. Associação de Mulheres Evangélicas Pela Igualdade De Gênero - EIG |
| 7. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD | 17. Associação Mulheres na Comunicação (AMC) |
| 8. Associação Brasileira de Médicos e Médicas pela Democracia - ABMMD | 18. Associação de Mulheres Indígenas Organizadas Em Rede - AMIOR |
| 9. Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídico do Rio Grande Do Sul e Rio de Janeiro ABMCJ-RS ABMCJ - RJ | 19. Associação Mulheres Progressistas - AMP |
| 10. Associação das Donas de Casa de Vila Isabel - ADC | 20. Associação Nacional pelo Bem-Estar dos Refugiados e Imigrantes no Brasil (Anberib) |
| | 21. Associação Nzo Tumbansi Kwa Ndanda Nlunda Ye Nkosi |



22. Associação Recreativa, Esportiva e Cultural da Ilha Grande (Associação S.O.S Ilha Grande)
23. Biblioteca Feminista da Praia Vermelha - UFRJ
24. Bloco Não é Não
25. Call/ Libertas
26. Capítulo Brasileiro Da Icw Latina - Comunidade Internacional De Mulheres Vivendo Com Hiv Aids
27. Casa Marielle Franco Brasil
28. Coletivo Afro Literário de Mulheres Negras - Circularidade & Ancestralidade
29. Central De Movimentos Populares - CMP
30. Centro Brasileiro de Intercâmbios de Serviços Sociais CBCISS
31. Coletiva Nacional de Mulheres Antimanicômias
32. Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna
33. Coletivo Gigantes na Luta
34. Coletivo Mulheres Brilhantes
35. Coletivo Iyá De Ouro
36. Coletivo Mães na Luta
37. Coletivo Marias Também Tem Força
38. Coletivo Matriarcado Ancestral
39. Coletivo Minas da Baixada
40. Conselho Municipal de Política para as Mulheres - Niterói
41. Coletivo Sobre Elas
42. Coletivo Para Todas
43. Coletivo Vém Que Só Tem Pretta
44. Comitê Técnico de Saúde da População Negra
45. Conselho de Turismo da Costa do Sol - Condetur
46. Conselho de Comunidades Novos Negócios e Economia Solidária da ACRJ
47. Conselho dos Direitos das Mulheres do Município do Rio de Janeiro - CODIM Rio
48. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS
49. Eco Pelo Clima
50. Ecomuseu de Sepetiba
51. Educafro
52. Engenharia pela Democracia - EngD
53. Espaço Recomeçar
54. Estados Gerais das Mulheres - Brasil
55. Federação Nacional de Doulas do Brasil - Fenadoul
56. Fórum Estadual de Mulheres Negras RJ - FEMNEGRASRJ
57. Frente Favela Brasil
58. Frente Bissexual Brasileira
59. Frente Nacional de Mulheres na Política
60. Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop (FNMHP)
61. Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Identidades Plurais (DIGIPLUS) - FURG RS
62. Grupo Libélula
63. Grupo Mulheres do Brasil
64. Grupo Transrevolução/Casanem
65. Ilê Asê Afêfê Iré
66. Ilê Asê Omi Gbonã
67. Ilê Àşê Omi Wúrà
68. Instituição Acreditando no Aprendizado- Rj
69. Instituto Anjo Eliana
70. Instituto Baiano de Direito e Feminismos - IBADFEM
71. Instituto Cultural Èsù
72. Instituto de Defesa da Mulher Érica Paes - IDMEP
73. Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN
74. Instituto EcoVida
75. Instituto Mulheres Plus Sizes do Brasil
76. Instituto Omolara Brasil
77. Instituto Superação da Violência Doméstica
78. Instituto Zwanga
79. Kẹkọ Yorùbá
80. Lions Clube Rio de Janeiro Vozes da Pólio
81. Mães Negras Do Brasil
82. Me Too Brasil
83. Miss Cadeirante
84. Movimento Joanna Marcenal
85. Movimento Mulheres na Contramão
86. Movimento Mulheres que Transformam Vidas
87. Movimento Mundial Mulheres Reais
88. Mulheres Unidas No Mundo
89. Mulheres Xokleng Zág Pil
90. Núcleo Elos - Ação da Cidadania
91. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH)- FURG/RS
92. Observatório de Povos de Terreiro
93. Ong Instituto Mulheres Plus Sizes do Brasil
94. Ong Projeto Despertar
95. Ong Vozes de Anjos
96. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Do RJ
97. OrganizaMulheRio
98. Pela ordem primeiro elas
99. Projeto e Roda de Samba Sonho de Criôla
100. Projeto Mulheres Brilhantes
101. Projeto Útero Ancestral
102. Quilombo das Pretas



103. Rede Brasil Afroempreendedor - REAFRO
104. Rede Feminista de Saude
105. Rede Jubileu Sul
106. Rede Nacional Feminista de Saude e Direitos Sexuais e Reprodutivos
107. Rede Nacional Feminista de Saude, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
108. Redes da Maré
109. Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe - Reprotai
110. Revibra Europa
111. Roda das Negas
112. Secretaria Estadual de Mulheres PTRJ
113. Secretaria da Mulher Sindicato Nacional da Casa da Moeda do Brasil
114. Sindicato do Comércio
115. Sindicato dos trabalhadores das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro - Sintuperj
116. Sindmodel RJ
117. Tabocas Filmes
118. União Brasileira De Mulheres - UBM
119. União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – UNALGBT
120. União Nacional de Ekedes - UNDEKE
121. União de negras e negros pela Igualdade - UNEGRO